

**Expresso** Economia

26-07-2014

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Tiragem:

Imagem: 131300 Página (s): 24





Nível de endividamento é muito elevado em comparação com o resto da zona euro. Porquê?

egundo os dados mais recentes do Eurostat, Portugal é o país euro-peu em que as empresas pagam maiores taxas de juros. Por exemplo, para empréstimos inferiores a 250 mil euros, a taxa média em Portugal é 7,1 % — mais do que na Grécia e no Chipre e em todos os países listados pelo Eurostat. É difícil crescer com taxas de juro a este nível; e é difícil concorrer com empresas na França e na Alemanha, onde a taxa média – também segundo o Eurostat - se encontra entre os 2% e os 3%

Raphael Minder, o jor-nalista do "New York Times" que cobre Portugal, escreveu recentemente um artigo sobre o assunto. Além do panorama geral, o artigo inclui entrevistas com pequenos empresários que se queixam da situação e que in-variavelmente culpam a banca pelo custo do crédi-to e a escassez do mesmo.

Para os gestores do sector bancário, no entanto, a história é diferente. Quando aparecem projetos com nível de risco satisfatório, dizem, os bancos estão empenhados em conceder crédito, pois é o crédito a sua principal atividade e fonte de rendibilidade. Acrescentam ainda que, se for devidamente ponderado o prémio de risco, é possível que as taxas oferecidas pelos bancos portugueses sejam tão competitivas ou mesmo mais favoráveis para os clientes que as taxas oferecidas pe-

los bancos na Alemanha. Quem tem razão: os empresários, que dizem que a culpa é dos bancos; ou os bancos, que dizem que a culpa é dos empresários (ou melhor, do risco das empresas)?

Em certo sentido, nenhum tem razão — ou melhor, ambos têm razão.

Portugal é o país europeu em que as empresas pagam maiores taxas de juros

É sabido que o nível de endividamento das empresas portuguesas é muito elevado em comparação com o resto da zona euro. Porquê? A resposta começa no título desta coluna: incentivos e escolhas. Numa economia "normal", as empresas devedoras têm duas hipóteses: pagar ou não pagar; e ao in-cumprimento segue-se um processo de liquidação ou reestruturação (dependendo da viabilidade do negócio da empresa). Em Portugal existe uma terceira via: não pagando — por assim dizer — enquanto o processo segue os seus lentos passos em tribunal.

Temática:

Dimensão:

Economia

609

S/Cor

Apesar das custas judiciais, ter uma dívida em tribunal durante anos é para o devedor uma forma de obter crédito barato — mesmo que a taxa de juro inicialmente acordada tenha sido elevada. Por outras palavras, o siste-ma judicial que temos cria um forte incentivo para o endividamento por parte de empresas que têm dificuldade no acesso, no preço e ou nos prazos de pagamento. Aliás, o problema verifica-se tanto no endividamento bancário como no endividamento a fornecedores.

Vivemos assim num sistema que efectivamente não distingue o trio do joio, isto é, as empresas endividadas com modelo de negócio viável das empresas endivida-das sem modelo de negócio viável. Isto tem duas implicações importantes: primeiro, o mecanismo de seleção de mercado, pelo qual as piores empresas são substituídas por melhores empresas, não funciona. Não é por acaso que a produtividade média das empresas portuguesas é muito inferior à de países mais desenvolvidos, isto ape-sar de as melhores empresas portuguesas estarem ao ní-vel das melhores do mundo.

Em segundo lugar, a expectativa de acabar em tribunal com um processo interminável leva os credores (bancos e fornecedores) a calcular um prémio de risco que é superior ao que um credor alemão aplicaria a um projeto semelhante. Mais uma vez, é uma questão de incentivos e escolhas.

Haverá certamente outros fatores importantes. Por exemplo, durante os últimos anos os próprios bancos ti-veram, em várias ocasiões, grandes dificuldades de financiamento, ao serem levados pela 'onda' da crise de dívida soberana. No entanto, se quisermos descobrir um bode expiatório, e apesar da facilidade da escolha da banca — especialmente nos dias que correm —, propo-nho que apontemos o dedo para o sistema judicial cuja reforma foi tantas vezes prometida quanto adiada.

Professor da Universidade de Nova Iorque e da AESE

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia